

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A CRISE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR FALTA DE INVESTIMENTO PÚBLICO, PELA EXISTENCIA DE UM SISTEMA REMUNERATÓRIO DESMOTIVANTE, E PELO AUMENTO DA PRECARIIDADE, TUDO ISTO AGRAVADA PELO COVID, E POR NORMAS BUROCRÁTICAS QUE IMPEDEM QUALQUER GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ E QUE RESPONSABILIZE

A crise da Administração Pública era já profunda e conhecida antes da pandemia fundamentalmente devido à insuficiência de investimento público e de profissionais com as competências necessárias para responder às necessidades do país e dos portugueses, o que era ainda agravado por um conjunto de normas paralisantes e obsoletas que impediam uma gestão eficiente, eficaz e responsabilizante dos reduzidos recursos atribuídos.

A grave crise de saúde pública causada pelo COVID e as medidas tomadas por força dela – confinamento, teletrabalho, etc. – por um lado, agravaram ainda mais a crise existente, provocando a desorganização da Administração Pública (*a produtividade e a capacidade de resposta diminuíram significativamente o que é sentido por todos os portugueses*) e, por outro lado, a falta de meios e de investimentos ainda se tornou mais visível aos olhos da população. O que se verificou a nível do SNS, onde a falta de meios era notória determinando continuas ruturas de muitos hospitais públicos, só atenuada pelo esforço e dedicação quase sobre humana dos profissionais de saúde (*médicos, enfermeiros, Técnicos de diagnósticos, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, estes três últimos muitas vezes esquecidos mas também fundamentais*) é uma prova da situação a que chegou a Administração Pública portuguesa como consequência da política dos sucessivos governos. O discurso oficial de que as graves dificuldades que o SNS enfrentou e enfrenta resultam apenas do caráter excecional desta crise de saúde pública é apenas meia-verdade que procura iludir a opinião pública pois, a verdade total é outra como vamos procurar mostrar neste estudo utilizando apenas dados oficiais.

MESMO EM PLENA CRISE O INVESTIMENTO PUBLICO CONTINUOU A NÃO COMPENSAR AQUELE QUE SE DEGRADOU, DESAPARECEU OU TORNOU-SE OBSOLETO

Um dos aspetos que mais surpreende na atuação do governo é que parece não ter aprendido com a grave crise económica e social que o país enfrenta e com a necessidade de reforçar a Administração Pública com os meios que esta necessita para poder responder às necessidades do país e dos portugueses. O INE divulgou em março de 2021, “Os principais agregados das Administrações Públicas” referentes a 2020. Dele extraímos os valores do investimento público e do consumo de capital fixo público em 2020, com os quais completamos o quadro 1

Quadro 1 - INVESTIMENTO (Formação Bruta de Capital Fixo) e CONSUMO DE CAPITAL FIXO (desgaste/destruição de equipamentos públicos devido ao uso ou à obsolescência). NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM PORTUGAL - 2008/2020			
ANOS	INVESTIMENTO (Formação Bruta de Capital Fixo)- Milhões € (1)	CONSUMO DE CAPITAL FIXO ("Amortizações")-Milhões € (2)	SALDO - Milhões € (3) = (1) - (2)
2008	6 651	4 692	1 959
2009	7 205	4 740	2 465
2010	9 479	4 967	4 512
2011	6 139	5 130	1 009
2012	4 158	5 141	-983
2013	3 701	4 981	-1 280
2014	3 446	4 995	-1 548
2015	4 045	5 126	-1 080
2016	2 875	5 123	-2 248
2017	3 496	5 236	-1 740
2018	3 790	5 468	-1 678
2019	4 015	5 541	-1 526
2020	4 484	5 689	-1 205
2008-2011 (PS Sócrates-4 anos)	29 474	19 530	9 945
2012-2015 (PSD/CDS e "troika"- 4 anos)	15 351	20 243	-4 891
2016-2020 (PS António Costa -5 anos)	18 661	27 058	-8 397

FONTE: Principais agregados das Administrações Públicas - 2008- 2020 - INE

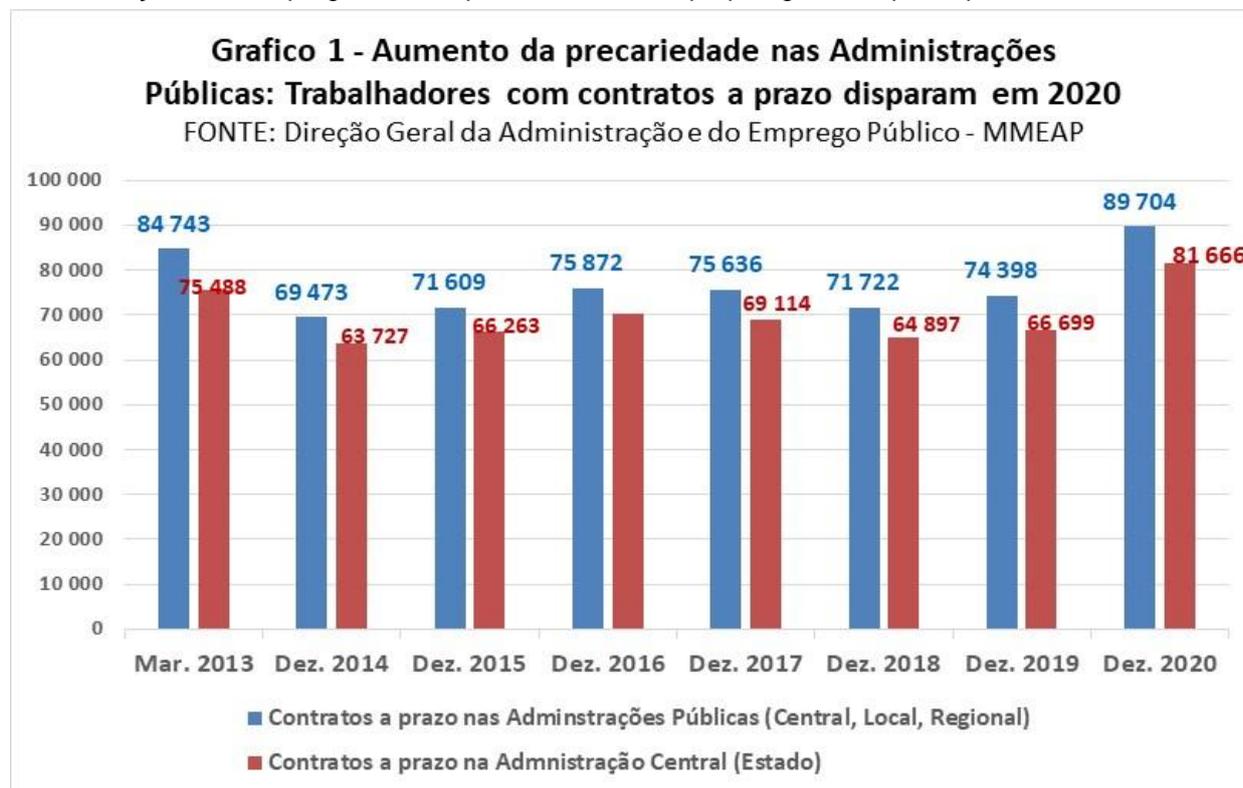
Segundo o INE, no período 2008/2011, o investimento público (FBCF) foi superior aquele que se degradou ou desapareceu pelo uso ou obsolescência em 9.945 milhões €. Mas no período 2012/2015 verificou-se precisamente o contrário pois o investimento realizado nem foi suficiente para compensar aquele que desapareceu ou se degradou, já que foi inferior em 4.891 milhões €. E com os governos de António Costa/Mário Centeno/Leão a situação ainda se agravou mais pois o Consumo de Capital Fixo público, portanto o valor dos equipamentos públicos (*hospitais, escolas, transportes públicos, etc.*) que se degradaram ou desapareceram pelo uso e obsolescência foi superior ao novo investimento público em 8.397 milhões €. E isto aconteceu também em pleno ano de pandemia (2020), o que contribuiu para tornar ainda mais grave a crise de saúde pública, social e económica. A obsessão do défice sobrepõe-se às necessidades do país e dos portugueses.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com 1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A PRECARIIDADE DISPAROU NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM 2020

Outro aspeto negativo, que mostra com clareza que o atual governo, ainda não aprendeu com a grave crise que o país enfrenta, e que é necessário dotar a Administração Pública com profissionais, em quantidade e com as competências necessárias para responder às necessidades do país, é o recurso maciço a trabalho precário para suprir necessidades permanentes da Administração Pública, incluindo do SNS. O gráfico 1, construído com dados divulgados recentemente pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público, portanto dados do próprio governo, prova precisamente isso.



Entre dez.2019 e dez.2020, o número de trabalhadores com contratos a prazo nas Administrações Públicas aumentou em 20,6% (+15.306 trabalhadores), sendo a subida de 22,4% na Administração Central, ou seja, no Estado (+14.967). Entre 2019 e 2020, a taxa de precariedade aumentou de 10,6% para 12,6% em todas as Administrações Públicas, e de 12,5% para 15% no Estado (Administração Central). O recente episódio divulgado pela comunicação social do provável despedimento de 1883 enfermeiros contratados a prazo, cujo contrato termina em abril de 2021 (JN, 7/3/2021) é uma prova clara da incompreensão de reforçar o SNS para defender a saúde dos portugueses e a economia.

UM SISTEMA REMUNERATÓRIO DESMOTIVANTE E QUE NÃO ATRAI TRABALHADORES COM COMPETÊNCIAS ELEVADAS QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NECESSITA

Muitos falam sobre as remunerações dos trabalhadores da Função Pública para os criticar, mas poucos se dão ao trabalho de estudar o seu sistema remuneratório. Em 2009, Sócrates substituiu o sistema que vigorava por uma Tabela Remuneratória Única, com 108 níveis remuneratórios, em que o nível mais baixo (nível 1) é o salário mínimo nacional acabando também com as carreiras profissionais existentes. E depois “encaixou”, à força, nesses níveis remuneratórios os 728.000 trabalhadores. Para subir de nível remuneratório são necessários, para a maioria dos trabalhadores, um mínimo de 6 anos (opção *gestionária*) mas na maior dos casos 10 anos, pois os 6 necessitam de ter o acordo do Ministério das Finanças. E isto porque é preciso acumular pelo menos 10 pontos dados por um sistema de avaliação anacrónico e injusto (SIADAP 3), e os que excedem os 10 não são considerados para a subida de nível no período seguinte.

As remunerações da Tabela Única mantiveram-se inalteráveis de 2009 até 2020, ano em que subiram 0,3%, tendo sido novamente congeladas em 2021, com exceção da mínima. Entre 2009 e 2020, os preços, sem entrar em conta com a enorme subida do IRS e da contribuição para a ADSE, aumentaram 11,7%. As alterações que têm tido, para além dos 0,3%, foram no nível mais baixo da tabela, a que é igual ao salário mínimo nacional. Com a subida deste, os 3 primeiros níveis desapareceram. Em 2021, o nível 1 já corresponde ao nível 4 da de 2009, o que causa distorções e injustiças, pois milhares de trabalhadores com vários anos de Função Pública que ganhavam mais entre 50€ e 185€ do que o salário mínimo nessa altura (níveis 2, 3 e 4), agora recebem apenas o salário mínimo. Como consequência o poder de compra dos trabalhadores da Função Pública no fim de 2020 continuava a ser inferior ao de 2010 como mostram os dados quadro 2, cujos cálculos foram feitos com base nas remunerações divulgadas pela Direção da Administração e do Emprego Público (DGAEP) referentes ao 4ºTrim.2020.

Quadro 2- Variação do poder de compra dos trabalhadores da Função Pública entre 2010 e 2020

DESIGNAÇÃO	Nº de Trabalhadores 2020	Remuneração Base Média Bruta (antes de descontos) 2010	Remuneração Base Média Líquida (depois de descontos) 2010	Remuneração Base Média Bruta (antes de descontos) 2020	Remuneração Base Média Líquida (depois de descontos) 2020	Remuneração Base Média Líquida de a preços de 2010 (após deduzir inflação 2010/2020)	VARIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA LÍQUIDA ENTRE 2010 E 2020
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS-Todas	718 823	1 445 €	1 062 €	1 535 €	1 053 €	956 €	-10,0%
Técnico superior	71 403	1 677 €	1 207 €	1 662 €	1 117 €	1 013 €	-16,1%
Assistente técnico/administrativo	89 879	913 €	735 €	935 €	716 €	650 €	-11,5%
Assist. operacional/operário/auxiliar	162 705	613 €	524 €	693 €	592 €	537 €	2,6%
Informático	5 208	1 737 €	1 233 €	1 812 €	1 189 €	1 079 €	-12,5%
Educ.infância e professores do ensino. básico e secundário.	140 155	2 056 €	1 419 €	2 172 €	1 358 €	1 232 €	-13,1%
Médico	31 098	2 772 €	1 774 €	2 756 €	1 640 €	1 488 €	-16,1%
Enfermeiro	52 298	1 342 €	1 000 €	1 456 €	998 €	906 €	-9,4%
Técnico diagnóstico e terapêutica	10 430	1 258 €	950 €	1 296 €	916 €	832 €	-12,5%
Técnico superior de saúde	1 962	1 887 €	1 321 €	1 887 €	1 217 €	1 105 €	-16,4%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	545 335	1 573 €	1 133 €	1 666 €	1 120 €	1 016 €	-10,3%
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL (RAA/RAM)	39 228	1 375 €	1 060 €	1 489 €	1 090 €	989 €	-6,7%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	123 486	940 €	757 €	1 023 €	775 €	703 €	-7,1%

Entre 2010 e 2020, o poder de compra da remuneração base média mensal dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) diminuiu em 10%. No entanto há categorias profissionais onde a perda é maior. Por ex., para os médicos a perda foi de 16,1%; para os enfermeiros de 9,4%; para os professores de 13,1%; para os Técnicos superiores a perda de poder de compra atinge 16,1%. É evidente que, com o sistema remuneratório como aquele que referimos, e com estas perdas de poder de compra, associados ao congelamento durante anos a fio das remunerações, não se consegue nem motivar e compensar devidamente aqueles que mais se empenham e com maior produtividade que estão na Função Pública nem atrair para a Administração Pública trabalhadores com competências elevadas para ela poder responder às necessidades do país e dos portugueses. São por todas estas razões que afirmamos que a Administração Pública enfrenta atualmente uma profunda crise que o governo não compreende ou ignora. E para agravar ainda mais a situação, ela continua metida num “colete de forças” e um sistema de controlo e de normas burocráticas que impedem qualquer gestão eficiente, eficaz e que responsabilize.

UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA METIDA NUM “COLETE” DE NORMAS DE CONTROLO BUROCRÁTICO QUE IMPEDEM QUALQUER GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ E QUE RESPONSABILIZE

Começamos por um exemplo que é de conhecimento público. Em 9 de julho de 2019, o gabinete do ministro das Finanças, Mário Centeno, emitiu um comunicado com o título “**Governo abre concurso para recrutamento de 1.000 técnicos superiores**”. E a justificação apresentada, que consta desse mesmo comunicado, era a seguinte “Com este procedimento o Governo procura reconstituir e revitalizar o corpo técnico da Administração Pública, apostando nas áreas estratégicas do Estado e recuperando a sua massa crítica. Para além disso, permite dotar os centros de competências e os serviços de trabalhadores qualificados em áreas especializadas, garantindo assim os adequados níveis de funcionalidade dos serviços públicos”. Portanto desta forma, o Ministério das Finanças centralizou a contratação de técnicos superiores para o Estado, impedindo que os serviços que precisam de técnicos superiores para poder funcionar pudessem abrir concursos como a lei permite. Mais de 20.000 portugueses com cursos superiores candidataram-se, mas levou-se mais de um ano para selecionar 800. Nem foram selecionados os 1000 anunciados. E estamos em abril de 2021, portanto quase 2 anos já se passaram, e a maioria dos serviços públicos ainda não receberam qualquer técnico. O número de técnicos superiores era já insuficiente, e os têm-se reformando ou aposentando não são substituídos. Utilizando a mobilidade na lei os serviços “roubam” uns aos outros técnicos. É esta a realidade atual na Administração Pública.

Mas é este sistema burocrático centralizador e de controlo burocrático que continua a existir na Administração Pública, e que ao mesmo tempo desresponsabiliza, pois quem decide são as tutelas e não as direções como a própria lei dispõe, não se reduz apenas a isto ao referido. Mesmo após a aprovação do orçamento pelo governo e pela Assembleia República, institutos públicos com autonomia administrativa e financeira, de gestão participada, não financiados pelo Orçamento do Estado, mas sim com descontos dos trabalhadores/beneficiários, para despesas de formação pouco superiores a 10.000€ ou para aquisição de pacotes de horas de trabalho a empresas de trabalho precário a preços inferiores ao recebido em muitos casos por uma empregada doméstica, pois como não têm trabalhadores suficientes para responder atempadamente às necessidades dos beneficiários, são obrigados a recorrer a trabalho precário contratado à hora ; repetindo, mesmo estes para poderem realizar estas despesas precisam de obter despacho com a aprovação das tutelas. E estas levam meses para dar os referidos despachos o que torna qualquer gestão eficiente e responsável impossível. Mas é desta forma também que a obsessão do défice (*adiando as decisões e reduzindo as despesas necessárias ao funcionamento dos serviços*) se materializa. É desta forma que se contém o défice orçamental mesmo em grave período de crise de saúde pública, social e económica. Mas é esta também a Administração Pública real que o país tem no sec. XXI e não apenas a do SIMPLEX de que só se fala. É esta também o outro lado da realidade e verdade obtida, com base na experiência própria vivida diariamente, que é importante que os portuguesas conheçam e nomeadamente os beneficiários destes institutos públicos.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt. 3 de abril de 2021